

ENTE: Presidente Kennedy

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2021

INFORMAÇÕES GERAIS DO CONTROLE INTERNO								
Nível de Estruturação do CI	Quantidade Total de Servidores do CI	Quantidade Servidores Efetivos do CI	Quantidade Servidores Contadores do CI	Normas Internas Gestão Orçamentária [Leg 1]	Normas Internas Gestão Financeiras [Leg 1]	Normas Internas Gestão Patrimonial [Leg 1]	Normas Internas Gestão Fiscal [Leg 1]	Normas Internas Escrituração e Demonstrações Contábeis [Leg 1]
Unidade Central	4	1	0	4	4	4	4	4

Leg 1:

- 1 - Existem somente os normativos;
- 2 - Existem normativos e fluxos desenhados;
- 3 - Existem normativos, fluxos e são de amplo conhecimento de toda a administração;
- 4 - Não existem normas internas definidas no âmbito desta temática.

INFORMAÇÕES GERAIS DA UG				
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Responsável	Último Exercício Avaliado pelo CI	Opinião do CI sobre os Procedimentos Aplicados da UG
058E0500001	Unidade Central	Alessandra das Neves Lima	2021	Regular

PROCEDIMENTOS REALIZADOS								
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
058E0500001	Unidade Central	1.1.2	Qualitativo	Quanto ao Item 1.1.2, informamos que houve a solicitação através do Ofício CGM 042/2022, para que a Secretária Municipal de Saúde disponibilizasse a cópias de 06 (seis) processos, selecionados por amostragem, para fins de conferência quanto ao cumprimento do art. 60 da Lei nº 4.320/1964. Assim, verificou-se que não se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	0	0	Análise documental	1
058E0500001	Unidade Central	1.2.2	Qualitativo	Quanto ao Item 1.2.2, informamos que após a conferência nos Relatórios Anual Exercício Financeiro de 2021 e confrontação com as informações constantes em Demonstrativos Patronal da Despesa Liquidada e efetivamente recolhida no exercício (Tabela 23) e Balancete de Verificação, todos emitidos pela Contabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Kennedy, e anexos ao processo nº 392/2022, verificou-se que não ocorreu repasse intempestivo ao Regime Geral de Previdência Social.	0	0	Análise documental	1

ENTE: Presidente Kennedy**UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy****TIPO DE CONTA: Contas de Gestão****EXERCÍCIO: 2021**

Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	PROCEDIMENTOS REALIZADOS				
				Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
058E0500001	Unidade Central	1.2.4	Qualitativo	Em análise ao Item 1.2.4, informamos que após a conferência nos Relatórios Anual Exercício Financeiro de 2021 e confrontação com as informações constantes em Demonstrativos Previdenciário dos Valores Retidos dos Servidores recolhidos no Exercício e Balancete de Verificação, todos emitidos pela Contabilidade da Câmara Municipal de Presidente Kennedy, e anexos ao processo nº 392/2022, verificou-se que não ocorreu repasse intempestivo ao Regime Geral de Previdência Social.	0	0	Análise documental	1
058E0500001	Unidade Central	1.3.1	Quantitativo	O valor dos bens moveis constante no Balanço Patrimonial é de R\$ 8.384.160,86 (oito milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, cento e sessenta reais e oitenta e seis centavos), e ao confrontamos com o valor de bens móveis inserido no Inventário Anual dos Bens Patrimoniais Móveis verifica-se ambos são compatíveis, vez que também se identifica o valor de R\$ 8.384.160,86. De igual modo, o valor total dos bens imóvel constante do Balanço Patrimonial é de R\$ 7.983.289,14 (sete milhões, novecentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e nove reais e quatorze centavos), e o valor de bens imóveis inseridos no Inventário Anual dos Bens Patrimoniais Imóveis é idêntico ao valor descrito no Balanço Patrimonial, qual seja, R\$ 7.983.289,14, demonstrando que ambos são compatíveis e que os bens em estoque estão evidenciados em sua integralidade. Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis	2	2	Análise documental	1
058E0500001	Unidade Central	1.3.2	Qualitativo	Quanto ao Item 1.3.2, registramos que no Município de Presidente Kennedy foi editada a Lei Municipal nº 1.135/2014, que criou a Comissão Permanente de Controle de Bens Móveis e Imóveis da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy (COMBENS), posteriormente alterada pela Lei Municipal nº 1.421/2019, e editou o Decreto Municipal de nº 93/2019, que designou os membros da Comissão, sendo composta por 05 membros que são responsáveis administrativos pelo controle, registros e fiscalização. Ademais, evidenciou-se que os registros analíticos de bens de caráter permanente, constantes nos Relatórios de Inventários possuem elementos exigidos para sua caracterização	0	0	Análise documental	1

ENTE: Presidente Kennedy

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2021

Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	PROCEDIMENTOS REALIZADOS				
				Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
058E0500001	Unidade Central	1.3.3	Qualitativo	As disponibilidades financeiras foram depositadas em diversas contas bancárias, sendo no Banco do Brasil e Banco Banestes (conta corrente e aplicação financeira), que são instituições financeiras oficiais, conforme demonstrado no Termo de Verificação das Disponibilidades do exercício de 2021, anexo à documentação emitida pela Divisão de Contabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, processo nº 392/2022. Informamos, ainda, que tal verificação também se observa através das manifestações à esta Controladoria Geral em resposta ao Ofício CGM/PK nº 005/2022, Ofício CGM/PK nº 006/2022, Ofício CGM/PK nº 007/2022 e ao Ofício CGM/PK nº 008/2022, enviados ao Banco Brasil, Caixa Econômica, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo (SICOOB SUL) e ao Banco do Banestes, respectivamente Sendo que nas respostas recebidas por esta Controladoria, evidenciou-se que apenas o Banco do Brasil e Banestes, possuíam conta da Secretaria Municipal de Saúde.	0	0	Análise documental	1
058E0500001	Unidade Central	1.3.4	Qualitativo	Quanto ao Item 1.3.4 informamos que fizemos a confrontação entre os valores depositados nas contas correntes e aplicações financeiras, registrados nos Balanços Contábeis, no Termo de Verificação de Disponibilidades com os valores registrados nos Extratos Bancários referente ao final do exercício do ano de 2021. Informamos, ainda, que tal verificação também foi realizada por meio da análise das informações enviados pelas seguintes instituições financeiras: Banco Banestes, Caixa Econômica Federal, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo SICOOB SUL) e ao Banco do Brasil à Controladoria Geral do Município, em resposta Ofício CGM/PK nº 005/2022, Ofício CGM/PK nº 006/2022, Ofício CGM/PK nº 007/2022 e ao Ofício CGM/PK nº 008/2022. E após análise dos extratos enviados pelo Banco e os enviados pela Contabilidade, verifica-se a existência de conformidade deste item.	0	0	Análise documental	1

ENTE: Presidente Kennedy
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy
TIPO DE CONTA: Contas de Gestão
EXERCÍCIO: 2021

PROCEDIMENTOS REALIZADOS								
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
058E0500001	Unidade Central	2.6.3	Qualitativo	No que se refere ao item 2.6.3 informamos que foram feitos levantamentos nos arquivos de todas as leis que dispõem sobre as contratações por tempo determinado pertinentes à Secretaria Municipal de Saúde e registramos a publicação da Lei Municipal nº 1.417 de 31 de maio de 2019, Lei nº 1.526, de 28 de maio de 2021, Lei nº 1.521, de 06 de maio de 2021, Lei 1.479, de 19 de maio de 2020, que estabeleceu regras específicas de contratação temporária para atender excepcional o interesse público da Secretaria Municipal de Saúde. Assim, em análise a legislação, evidenciou-se tratar de norma específica e pontual, e destinada a atender demandas exclusivas da Secretaria Municipal de Saúde, que prescinde dessa contratação para dar continuidade à prestação dos serviços públicos essenciais aos munícipes. Portanto, verifica-se que a Leis Municipais atendem o que determina o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal.	0	0	Análise documental	1
058E0500001	Unidade Central	2.6.4	Qualitativo	A despeito do teto remuneratório dos servidores públicos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, quanto ao limite constitucional do subsídio do Prefeito Municipal (R\$ 15.100,00 fixado pela Lei Municipal nº 1.052/2012), evidenciou-se através do processo administrativo nº 389/2021, no qual constatou que foi observado o disposto no Art. 37, inciso XI, da CRFB/88, sendo informado pela Direção de Recursos Humanos que a apenas dois servidores lotado na Secretaria Municipal de Saúde, foi necessário aplicar o redutor, conforme dispôs o mencionado processo.	0	0	Análise documental	1

Leg 2:

- 1 - Procedimento aplicado sem detecção de distorções
- 2 - Procedimento aplicado sem detecção de distorções relevantes, constatando oportunidades de melhorias do controle
- 3 - Procedimento aplicado com constatação de distorções que ensejam risco grave e necessidade de correções.

TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS REALIZADAS								
Unidade Gestora Avaliada	Processo Administrativo TCE	Data Evento/Ciência pela Autoridade Competente	Data de Instauração da TCE	Data de Envio da TCE ao TCEES	Fato Motivador da TCE [Leg 3]	Valor Original do Débito	Situação da TCE em 31/12 do Exercício da Prestação de Contas [Leg 4]	Motivo da Baixa da Responsabilidade pelo Débito [Leg 5]

ENTE: Presidente Kennedy**UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy****TIPO DE CONTA: Contas de Gestão****EXERCÍCIO: 2021**

Leg 3:

- 1 - Omissão no dever de prestar contas ou a não comprovação da correta aplicação de recursos repassados mediante convênio, contrato de repasse, ou instrumento congênere;
- 2 - Ocorrência de desfalque, alcance, desvio, desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos;
- 3 - Ocorrência de extravio, perda, subtração ou deterioração culposa ou dolosa de valores e bens;
- 4 - Prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário;
- 5 - Concessão irregular de quaisquer benefícios fiscais ou de renúncia de receitas de que resulte dano ao erário.

Leg 4:

- 1 - Em instrução dentro do prazo;
- 2 - Em instrução fora do prazo;
- 3 - Em complementação de informações determinada pelo Tribunal de Contas;
- 4 - Finalizada.

Leg 5:

- 1 - Elisão da responsabilidade pelo dano inicialmente imputada ao responsável;
- 2 - Ausência de comprovação do dano;
- 3 - Arquivamento do processo por falta de pressupostos de instauração ou do seu desenvolvimento regular;
- 4 - Contas consideradas ilíquidáveis, nos termos do art. 90 da Lei Complementar Estadual nº 621/2012;
- 5 - Quitação ao responsável pelo recolhimento do débito.